



INSS AMEAÇA EXCLUIR 36 AP'S DO TURNO ESTENDIDO, MAS CNTSS PROPÕE AVALIAÇÃO DE CADA CASO ANTES DA DECISÃO

No dia 18 de abril, mais uma reunião foi realizada pelo Grupo de Trabalho (GT) do INSS para discutir a questão do Turno Estendido nas Agências da Previdência Social (APS). Desta vez, uma pré-avaliação sobre a situação das Agências, embasada nos parâmetros do primeiro período de avaliação dos dois turnos ininterruptos em 2012, foi apresentada.

Tendo como base um expurgo de 20%, em decorrência das inconsistências dos sistemas e da rede lógica do Instituto, o INSS fez uma exposição sobre o método utilizado pela Dataprev para realização de tal levantamento, situação que levantou grande polêmica e discussão durante a reunião. Diante disso, 166 APS's perderiam o direito ao Turno Estendido. Contudo, com a aplicação do expurgo, esse número cairá para 36 APS's. A PFE também apresentou uma lista com 11 ADJ's para terem o turno revertido.

Na visão das entidades, ainda não está claro como a Dataprev opera as questões do sistema, principalmente por que o INSS repassa somente os casos incidentes, ou seja, situações atestadas após 20 minutos da detecção do problema. O entendimento acordado é que todas as ocorrências de sistema e redes devem ser consideradas, já que interferem diretamente no atendimento.

Além disso, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) reiterou

que as Resoluções 177/2012 e 264/2013 não apresentam nenhum critério de aferição para as ADJ's e que, portanto, não se pode retirar o Turno Estendido dessas Agências por critérios exclusivos da Procuradoria do INSS, sem promover um debate entre os interessados.

Neste sentido, a proposta da Confederação foi de estudar caso a caso cada uma das 36 APS's ameaçadas, a fim de evitar possíveis erros e injustiças. A proposta foi acatada pelo INSS e uma nova reunião será realizada essa semana para discutir, detalhadamente, a situação de cada Agência. Um relatório sobre as 36 APS's em questão também será elaborado e apresentado para as Gerências, com o objetivo de levantar os possíveis problemas ocorridos no período.

Para a CNTSS, esse é o momento dos sindicatos estaduais atuarem em parceria com as Agências ameaçadas e junto aos Gerentes Executivos para garantir a manutenção das 30 horas semanais e inclusão de todas as APS's no sistema de Turno Estendido.

Além dos representantes da CNTSS, Davi Eduvirges e Pedro Totti, também estiveram presentes na reunião o diretor de Gestão de Pessoas do INSS, José Nunes Filho, acompanhado por servidores das Diretorias de Gestão de Pessoas, Atendimento e Benefícios do órgão e da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, além de outras entidades sindicais.

NOTA DE ESCLARECIMENTO JUSTIFICA AUSÊNCIA DA CUT NA MARCHA À BRASÍLIA PROMOVIDA PELA CSP-CONLUTAS

Na última semana, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) divulgou uma nota de esclarecimento reiterando que a entidade não convocou, por considerar um equívoco, a participação da categoria na marcha à Brasília promovida pela CSP-Conlutas e outras entidades, no dia 24 de abril.

Segundo o documento, além de concorrer com a mobilização nacional da CNTE e a campanha salarial dos servidores públicos federais, agendadas para o mesmo dia, a marcha deixou explícita seus objetivos meramente político-partidários de atacar a CUT e dividir as bases das duas Centrais.

Além disso, a CUT citou a Marcha à Brasília, promovida no dia 6 de março, como uma ação unitária

realizada em parceria com outras centrais sindicais e movimentos populares, que reuniu mais de 50 mil trabalhadores em torno de 11 reivindicações que expressam, na atual conjuntura, anseios do conjunto da classe trabalhadora.

Neste sentido, um processo de negociação com o governo federal foi aberto e os resultados deverão ser noticiados nas comemorações do dia 1º de maio, reforçando que no dia 7 de março, o decreto presidencial nº 7.944/13, que promulga a Convenção 151 da OIT e encaminha o projeto para o Congresso Nacional, foi publicado.

Confira a nota de esclarecimento na íntegra no site do SINTFESP-GO/TO, www.sintfesp.org.br.

ENTIDADES SINDICAIS COBRAM GARANTIA DE ATENDIMENTO NA GEAP PARA SERVIDORES EM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS

No dia 22 de abril, entidades representativas dos servidores públicos federais, acompanhadas pela deputada federal Erika Kokay, se reuniram com o procurador federal dos direitos do cidadão do Ministério Público Federal, Dr. Aurélio Veiga Rios, para discutir a situação da Fundação da Seguridade Social (GEAP).

Como no último mês, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou irregulares os convênios firmados pela GEAP com diversos órgãos públicos, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu pela manutenção desses contratos somente até seu término, impossibilitando assim sua prorrogação ou renovação.

Com isso, o Ministério da Educação foi o primeiro órgão a suspender o atendimento dos seus servidores, realizados por meio do plano de saúde. Diante deste cenário, a reunião discutiu a necessidade de garantir a saúde dos milhares de trabalhadores que se encontram desassistidos, em decorrência dessas medidas.

Por se tratar de uma questão humanitária e de saúde pública, o MPF garantiu que irá priorizar a busca por uma solução para os servidores que estão sem convênio e sem atendimento, principalmente os que já iniciaram tratamento de alta periculosidade, como os de oncologia.

Neste sentido, ficou estabelecido que as entidades deverão unir subsídios para embasar a intermediação do MPF junto ao parlamento, que contará com a contribuição da deputada Kokay, a fim de atender as necessidades dos pacientes que encontram-se em caráter emergencial.

No dia seguinte, uma nova reunião foi realizada com o advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Adams, também para discutir a temática. Na ocasião, ele noticiou que o governo está empenhando em resolver o problema da GEAP e que, inclusive, pretende intervir junto à ministra Miriam Belchior e o ministro Carlos Eduardo Gabas para minimizar o problema dos que estão desassistidos.

A assessora jurídica do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência (SINTFESP-GO/TO), Dra. Josilma Saraiva, esteve presente na ocasião representando a entidade e afirma que a situação pode ser considerada como um caso de calamidade pública já que prejudica, hoje, a assistência hospitalar de mais de seis mil famílias.

Também participaram do encontro, representantes da CUT Nacional, CNTSS, Unidas, Fasinra e Sindsep DF.

SINTFESP-GO/TO DENUNCIA POSSÍVEL GOLPE CONTRA PECULISTAS À GEAP

Nos últimos dias, servidores aposentados e filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência (SINTFESP-GO/TO) recorreram à entidade para averiguar o direito de recebimento do complemento de 80% do seguro, correspondente ao Plano de Pecúlio da Fundação da Seguridade Social (GEAP), conforme assegurado pela Associação Nacional dos Aposentados Servidores Públicos (ANASP) através de correspondência.

Segundo exposto no documento, uma Ação Civil Pública Coletiva, movida pela Associação em favor dos servidores, teria sido favorável à garantia do direito para ingressantes no Serviço Público Federal antes de setembro de 1978 que contribuíram com a GEAP Previdência e se aposentaram nos últimos 10 anos e que, para executar os valores devidos, os servidores deveriam procurar o Departamento Jurídico da entidade com os devidos documentos.

Neste sentido, além de acionar sua Assessoria Jurídica, o SINTFESP-GO/TO enviou um ofício para a GEAP cobrando esclarecimentos sobre o assunto. No dia 04 de abril, uma carta assinada pelo Gerente de Pecúlio da Fundação, Johannes Alfons Schneider e pelo

Interventor, Walter de Carvalho Parente, confirmou que não existe nenhum registro de Ação Civil movida pela ANASP contra a GEAP e a favor do pagamento integral do pecúlio na aposentadoria.

Além de alertar sobre a alegação improcedente da Associação, a carta considerou a existência de indícios de fraude contra os peculistas por parte da ANASP. Diante disso, a GEAP veiculou, em seu site (www.geap.com.br), uma nota alertando os peculistas sobre tais acontecimentos e já acionou sua Assessoria Jurídica para que todas as providências cabíveis para a proteção dos servidores sejam tomadas.

A Assessoria Jurídica do SINTFESP-GO/TO também está averiguando, junto a Justiça Federal, do que se trata exatamente a ação anunciada pela Associação para embasar quaisquer providências. Enquanto isso, os advogados recomendam aos filiados que não assinem quaisquer documentos outorgando poderes a esta entidade sem antes consultar o sindicato para prevenir e evitar problemas e que continuem denunciando concessões de benefícios suspeitas como esta. Confira o parecer jurídico da Assessoria do SINTFESP-GO/TO no site da entidade, www.sintfesp.org.br.